



Por Gustavo Loyola

Foi presidente do BC em duas ocasiões (1992-1993 e 1995-1997). Entre 2003 e 2006, presidiu o Conselho Fiscal do Itaú. É sócio-diretor da Tendências Consultoria

Usina de más ideias

No médio e longo prazos, políticas populistas, protecionistas e que aumentam a pressão sobre o orçamento fiscal vão comprometer o crescimento econômico e as condições de vida dos brasileiros

Por Gustavo Loyola

23/03/2026 05h02 · Atualizado há 8 horas

O governo Lula é uma verdadeira usina de más ideias notadamente no campo da economia. As consequências cumulativas de médio e longo prazos dessa torrente de disparates é o comprometimento do crescimento econômico e da melhora das condições de vida dos brasileiros. Veremos a seguir algumas dessas ideias, algumas ainda vivas e outras por ora já felizmente descartadas.

A campeã de todas em matéria de ruindade é a proposta do fim da jornada 6 x 1 e redução gradual das horas trabalhadas para 36 horas semanais. Com o tom eleitoreiro de sempre, Lula condenou a atual jornada de trabalho, alegando que “as pessoas querem ficar mais tempo em casa, cuidando da família”. Com isso, o presidente petista bate bumbo no Congresso com o apoio dos partidos da situação pela aprovação do fim da jornada 6 x 1, considerada pelo ministro do Trabalho como “cruel” e “perversa”.

Praga populista grassa no Executivo e no Legislativo e não respeita fronteiras ideológicas

Ocorre que a aprovação da medida trará custos enormes sobre a economia, afetando particularmente o setor de serviços, que verá seus custos aumentarem da noite para o dia. O resultado a médio prazo será reduzir ainda mais a produtividade do trabalho no Brasil, que já é muito baixa comparada a economias com grau de desenvolvimento assemelhado ao nosso país. Ademais, a própria geração de empregos será prejudicada, tendo em vista o aumento do custo relativo do fator trabalho.

O mais correto seria flexibilizar ainda mais os contratos de trabalho, a exemplo que se vê nas economias mais produtivas e com maiores taxas de inovação. Aumentar o custo país — com medidas populistas como a extinção pura e simples da jornada 6 x 1 e redução das horas trabalhadas — somente viria a piorar o já inóspito ambiente de negócios no Brasil.

Desse modo, o que o Brasil precisa é de um aprofundamento da reforma trabalhista de 2017, cujos efeitos benéficos foram reduzidos por uma série de decisões judiciais e administrativas, além da necessidade de levar em conta as mudanças em curso nas relações de trabalho, fruto principalmente das inovações tecnológicas, como a provocada pela rápida disseminação do uso da inteligência artificial.

Infelizmente, a coleção de ideias malignas não se esgota na questão trabalhista. Um outro monstrengo gigante é a política tarifária do governo que repisa a velha tese de que o protecionismo seria a solução para a indústria brasileira. Essa ideia faz-nos lembrar uma frase atribuída a Albert Einstein segundo a qual “Insanidade é fazer a mesma coisa repetidamente e esperar resultados diferentes”. A elevação das tarifas sobre os bens de capital, incluindo produtos de informática, ao contrário do que parece acreditar o atual governo, não aumentaria a competitividade da indústria brasileira, mas sim prejudicaria a disseminação de inovações tecnológicas e o aumento da competitividade da produção nacional. Como têm afirmado muitos economistas de ponta, como o professor Edmar Bacha em vários artigos, uma maior abertura comercial é instrumento essencial para dar um choque de produtividade na economia brasileira, inclusive pelo acesso maior e mais rápido a tecnologias disponíveis globalmente.

Por ora, o governo recuou da ideia de um tarifaço sobre bens industriais, mas não deixa de ser preocupante que essa coisa continue flutuando como uma alma penada na Esplanada dos Ministérios em Brasília, pronta a se reencarnar em uma lei ou decreto dependendo dos humores ministeriais do momento. Haja confiança na segurança jurídica!

Do ponto de vista fiscal, a performance do governo também tem sido sofrível, no que é coadjuvado pela maioria do Congresso. Desde o início de seu governo, Lula vem aumentando as transferências do governo, turbinadas não apenas pelos reajustes do salário mínimo acima da inflação, prática retomada no início do seu governo, como também com o aumento do número de beneficiários dos programas sociais.

O problema é maior ainda se considerarmos também o crescimento das despesas com a Previdência Social derivadas dos reajustes reais do salário mínimo, sem contar com as mudanças demográficas que aceleram o gasto previdenciário. A continuar como está, mesmo com o governo apelando para aumento de impostos, brevemente não haverá mais nenhuma margem para gastos discricionários, tendo em conta o crescimento estrutural das despesas com a Previdência Social e com outras transferências.

No contexto de um ano eleitoral, a questão que se coloca é se o atual presidente, candidato a reeleição, e seus contendores diretos na luta pela Presidência terão a coragem de trazer para o debate medidas econômicas tidas como impopulares e, se eleitos, terão disposição para patrocinar, a partir de 2027, reformas estruturais relevantes — mas não necessariamente populares — inclusive propondo uma nova rodada de reforma da Previdência.

Lastimavelmente, o panorama visto de hoje não dá espaço para otimismo, tendo em vista a praga populista que grassa no Executivo e no Legislativo e que não respeita fronteiras ideológicas.

Gustavo Loyola é doutor em Economia pela EPGE/FGV. Ex-presidente do Banco Central e sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo.